

| 797 | O INSTRUMENTO DAS LEITURAS COMUNITÁRIAS NA IMPLANTAÇÃO DOS CAMPI E O PLANO DIRETOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Wellington Tischer

Resumo

O presente artigo apresentado tem por objetivo analisar o processo inicial de implantação física dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul a partir do conceito utilizado: Universidade pública, democrática e popular. O instrumento das “Leituras Comunitárias” aplicado no segundo ano de implantação da UFFS pela Secretaria Especial de Obras demonstra ser um instrumento valioso de canal de comunicação e transparência com os agentes envolvidos. Realizada em um formato diferente do preconizado pelo Guia do Plano Diretor Participativo do Ministério das Cidades, as Leituras Comunitárias da UFFS preencheram uma lacuna no convolvimento de movimentos sociais – idealizadores da UFFS em um caso único de Universidade nascida de “baixo para cima” – empresas contratadas, comunidade acadêmica e comissões especializadas no sentido do debate e conflito de ideias e interesse, estabelecimento de prioridades de implantação, etapas e expansões e tomadas de decisão. Como resultado o presente artigo expõe criticamente a importância de se apropriar de instrumentos de democracia participativa para elaboração de Planos Diretores para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

Palavras-chave: Campus Universitário; Plano Diretor; UFFS; Leitura Comunitária.

1. Introdução

O presente artigo pretende contribuir com a discussão de diferentes instrumentos de implantação e gestão democrática e participativa de Instituições de Ensino Superior – IFES quanto à elaboração de Planos Diretores Participativos para *campus* universitários. De maneira geral, o artigo identifica e analisa o instrumento das Leituras Comunitárias realizadas entre os Estudos Preliminares e Anteprojeto de Infraestrutura dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul. O problema de pesquisa reside justamente em equacionar a validade de instrumentos de gestão democrática na implantação física de grandes empreendimentos, no caso, de Universidades. A pesquisa divide-se entre uma pesquisa de campo com a participação em dez leituras comunitárias realizadas nos campi entre os meses de março e setembro de 2011 e de uma pesquisa bibliográfica durante todo o período, resgatando e analisando diapositivos, projetos, bibliografia especializada e atas de evento na busca de se avaliar criticamente as mudanças no percurso do projeto de implantação. As questões iniciais que a equipe técnica da SEO, qual seria o nível de participação acadêmica e popular? Em que medida as Leituras Comunitárias auxiliariam no

processo de implantação dos *campi*? Quais os principais tópicos abordados, demandas reprimidas e em que medida poderiam ser atendidos?

A Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - possui um conceito de Universidade Pública, Democrática e Popular, seu desenho institucional é multicampi, interestadual e o contexto é o dos Movimentos Sociais ligados principalmente à reforma agrária e à agricultura familiar, base da economia agroindustrial exportadora da macrorregião da Fronteira do Mercosul, onde os *campi* da UFFS estão instalados. O próprio desenho dos 19 cursos em andamento revela a preocupação quanto ao apoio especializado à atividade do campo.

A UFFS possui ações afirmativas para garantia de isonomia entre os campi e preservação de seu conceito. A articulação entre estes *campi* confronta com a tendência histórica de segmentação, separação, departamentalização presentes nas universidades brasileiras do pós-60, a inovação na gestão da UFFS pode ser assim descrita:

A configuração socioespacial multicampi da UFFS, a institucionalização das dimensões normativas da universidade, estruturais e culturais não ocorre apenas na sede, mas em todos os *campi* a partir da relação dialógica entre instâncias administrativas, normativas e pedagógicas. (TOSTA, de PAULA, 2011, p.32).

A UFFS, em funcionamento desde março de 2010, nas cidades de Cerro Largo, Erechim no Rio Grande do Sul, Laranjeiras do Sul e Realeza no Paraná e na cidade de Chapecó em Santa Catarina, onde está localizada sua sede. A fig.1 detalha a localização e abrangência dos campi. A UFFS funciona atualmente em instalações provisórias cedidas, locadas e adquiridas nos 5 *campi* com reformas e manutenção realizadas em edifícios anteriormente dedicados à vocação seminarista da Igreja Católica, Instituições escolares secundaristas ou em Galpões improvisados de Centros de Exposições locais. Estas reformas, ao contrário do que possa parecer pela lógica da oportunidade, são muitas vezes dispendiosas e precárias, compreendendo custos significativos para a instituição em detrimento da oportunidade da construção de campus mais atuais. Para tanto, está em curso a construção de novos campus universitários, localizados em glebas rurais periféricas e sem nenhuma infraestrutura disponível.



UFFS em números ano 2010- 2012

05 *campi* universitários

530 Técnicos Administrativos

6480 vagas de graduação disponíveis

438 docentes efetivos

33 cursos cadastrados e-mec

19 diferentes cursos de graduação

1 curso de mestrado

8 cursos de especialização

População final de plano 2010-2015

13.928 pessoas (*)

(*) não foram considerados futuros postos de trabalho como docentes, técnicos e prováveis novos cursos de graduação ou pós-graduação

Figura 1 - UFFS em números 2010

Fonte: Secretaria Especial de Obras (2012)

O artigo está dividido em três seções: na primeira parte descreve-se alguns instrumentos de gestão democráticas no âmbito do que convencionou-se chamar de Reforma Urbana, com seu documento máximo, o Estatuto das Cidades, e que por sua vez tem no Plano Diretor seu objeto-símbolo, e na esteira deste, outros instrumentos de gestão democrática do território. Uma segunda parte dedicada ao processo de implantação *multicampi* da UFFS com destaque para os atores envolvidos, em particular o segundo ano de implantação pela Secretaria Especial de Obras onde foram implementadas as *Leituras Comunitárias*. A terceira parte do texto, sob a forma de considerações finais, discorre sobre a importância da gestão democrática para uma perspectiva autonomista e dialógica de planejamento dos campi – sem excluir os instrumentos já utilizados e a procura de um Plano Diretor que se utilize destes instrumentos e que estejam em consonância com o conceito da UFFS – Pública, Popular e Democrática.

2. Instrumentos de gestão democrática das cidades e a importância de se realizar Planos Diretores nas Universidades

Os *campi* da UFFS nas cinco cidades, em fase atual de implantação desde o início de 2010 apresentam como peculiaridade a localização em zonas periféricas das cidades em questão com ocupação anterior predominantemente rural e em terrenos de aproximadamente cem hectares com grande declividades, presença de áreas de preservação como charcos, nascentes e remanescentes arbóreos. O empreendimento da Universidade Federal nestes municípios significa impactos consideráveis na economia, cultura e dinâmica local e também vultosas somas de recursos públicos dado que os terrenos em questão não possuem infraestrutura mínima para o funcionamento de um campus universitário.

O Estatuto das Cidades – Lei 10.257 de 2011- que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes para política urbana, no seu artigo 2º estabelece 16 diretrizes das quais destaca-se para o presente estudo:

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (ESTATUTO DAS CIDADES, Lei 10.257 de 2011)

A participação deve ser incentivada, segundo o próprio Estatuto das Cidades, mas este não estabelece os instrumentos capazes de nortear ou dirimir conflitos, prioridades ou tomadas de decisão entre os atores envolvidos na gestão democrática. A cartilha do Ministério das Cidades – Confea, intitulado *Plano Diretor Participativo: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos* onde são apresentadas técnicas de diagnóstico da realidade diferindo Leitura Técnica de Leitura Comunitária desta maneira: “as leituras técnicas produzidas [...] por consultores deve ser enriquecidas com as leituras comunitárias, feitas pela população, sob os pontos de vista dos diferentes segmentos socioeconômicos: empresários, profissionais, trabalhadores, movimentos populares, entre outros.” (MEC, 2004, pg 22.) Ainda o texto explica que deverá ser identificada a questão local para compreender a realidade a partir dos que vivem no local para assim, conhecer e reconhecer potencialidades e capacidades para transformação da realidade.

O Guia ainda aconselha dentre vários mecanismos de leitura comunitária a prática de construção de mapas, discussões e principalmente em sistematizar a leitura técnica, construí-la em linguagem acessível com mapas temáticos do território a partir de informações importantes para orientar as discussões no sentido de compreensão geral de

todos. O Guia ainda recomenda o confronto entre Leituras Técnicas e Comunitárias para assim através de temas prioritários: “definir as estratégias e os instrumentos mais adequados, considerando-se as características e os objetivos [...] que estarão contidos no Plano Diretor.” (2004, pg.23)

Ainda que o Estatuto das Cidades não obrigue as universidades a realizar planos diretores e que o território das universidades não estejam inscritos na cidade suscetíveis a lógica do mercado, porém, suscetível às Políticas urbanas como Transporte, Gestão de Resíduos entre outras, é importante diante disto, que se realizem zoneamentos e Planos diretores, por um lado questão prática de ordenamento do próprio crescimento. Por outro lado, para que os municípios possam incluir em seus novos planos diretores o empreendimento da universidade, que implica em um polo indutor de crescimento da cidade e tráfego que poderá trazer consequências negativas para os municípios em questão, caso não seja corretamente equacionado, ainda que o empreendimento não seja de competência desta esfera.

Mas, o Plano Diretor por si só não garante a efetiva participação da comunidade acadêmica, ou seja, o Plano Diretor é um instrumento autoaplicável mas que precisa justamente, ser discutido, debatido e pactuado com a comunidade. Vale aqui o que considera Villaça (1995):

O plano diretor não é uma peça técnica, é uma peça política, vinculada tão somente aos poderes e atribuições de um governo [...]. Seu poder político de “influenciar” outros níveis de governo é pequeno e será nulo se o próprio governo [...] não der credibilidade ao plano (VILLAÇA, 1995).

A experiência de se realizar Leituras Comunitárias para elaboração de Planos Diretores em Universidades Federais não é inédita. A Universidade Federal de Santa Maria - UFSM realizou em 2008 um Plano Diretor participativo, assim descrito como:

Um diagnóstico de necessidades que funcionaria como um método de trabalho que permite agilizar processos, simplificar procedimentos e acelerar as tomadas de decisão por via do contato direto e visual entre os participantes e o *objetivo proposto pelos técnicos*” (TEIXEIRA, 2009).

A autora se posiciona de forma crítica, ao colocar que a comunidade presente sujeitava-se ao papel de leigo, não havendo debate entre equipe técnica e população. A Leitura Comunitária funcionava somente como um filtro para os técnicos dirimir dúvidas e logo após o resultado foi filtrado em áreas temáticas e apresentado sob a forma de leitura técnica em instâncias superiores e de tomada de decisão e posteriormente pactuada em Audiências Públicas. A autora critica neste caso o direcionamento da equipe em não instigar a reflexão pois não houve conflito de ideias e interesses e, por conta disto, consensos

alcançados pelas equipes, no caso discentes, sob as Leituras Técnicas.

A UFFS buscando lançar mão de instrumentos participativos para a elaboração da implantação dos campi estipulou as Leituras Comunitárias diferentemente do exposto pelo Guia do Plano Diretor Participativo, porém com resultados aparentemente superiores ao que considerou (TEIXEIRA,2008) no caso da UFSM. As Leituras Comunitárias da UFFS foram realizadas em dois momentos distintos da fase que compreende a contratação de empresas especializadas para a elaboração de Plano de implantação contendo infraestrutura básica com projetos de urbanização, paisagismo, plano e etapas de expansões e outros projetos complementares como: abastecimento e de distribuição elétrica, de água, esgoto etc. O projeto de implantação possuía inicialmente 5 anos de vigência. O formato das Leituras Comunitárias foi de audiências públicas, com pronunciamento de autoridades, apresentação dos trabalhos e participação dos atores através de debates, com perguntas e respostas à comunidade. A leitura era mediada pelas empresas especializadas contratadas e equipe técnica da Secretaria Especial de Obras.

3. As etapas de implantação da UFFS, Planos e as Leituras Comunitárias

Outras Universidades Federais já consolidadas com décadas de funcionamento já possuem Planos Diretores definidos - poucas que utilizam estratégias de participação popular - e estes geralmente são submetidos aos Conselhos Universitários, instância esta ligada ao corpo da Universidade que delibera assuntos referentes ao Estatuto e tem uma vocação parlamentar para tratar de Políticas urbanísticas, Patrimoniais, Diretrizes orçamentárias e de Prestação de contas. Um Plano Diretor embora ainda não submetido a análise para o CONSUNI da UFFS necessita de incorporação, o que a UFFS vem praticando, através da Secretaria Especial de Obras, é a execução de um Plano de implantação baseado em Estudos Preliminares elaborados ainda em 2009 por profissionais contratados à época, com experiência na elaboração de Planos para Universidade - restringindo-se a Tecnologias construtivas para realização rápida de obras modulares e de infraestrutura básica através do equacionamento de demandas x salas disponíveis, à época o Documento foi erroneamente designado como Plano Diretor.

A UFFS vem aplicando concomitantemente um Plano de implantação retificado posteriormente pela Secretaria Especial de Obras e empresa especializada contratada para construção de blocos que servirão a etapa inicial de funcionamento (2012-2015). Portanto, edificações e o desenho da implantação são concomitantes, sem um Plano Diretor para os

campi.

Estas implantações foram posteriormente alteradas pela posterior incorporação de equipe técnica da Secretaria Especial de Obras da UFFS e da contratação de empresas técnicas especializadas visando agregar ao Plano de implantação de 2009 principalmente, novas demandas como: Sustentabilidade, Mobilidade, Tecnologia da informação, Acessibilidade e Preservação Ambiental pela via da legislação vigente brasileira. E ainda, permitir a experimentação exemplar do campus e, da Participação Popular, que está enraizada na própria existência da UFFS, dos movimentos pró-universidade. Porém, frisa-se que estes Planos não foram ainda submetidos à aprovação de nenhuma instância permanecendo ainda na gestão e eleição de prioridades de projetos e obras para as atividades de ensino (graduação) e acomodação do corpo discente e docente, ainda em instalações provisórias longe dos futuros campi. Este Planejamento vem sendo realizado na esfera da Reitoria, Direção dos campi, Pró-reitorias e da Secretaria Especial de Obras da UFFS.

Na UFFS as Leituras Comunitárias foram realizadas em dois momentos precisos do Projeto de Infraestrutura dos campi - anterior ao Anteprojeto de implantação no mês de março de 2011 e anterior ao Projeto Básico em agosto-setembro de 2011, durante a elaboração dos Projetos de urbanização e implantação com envolvimento destacado dos seguintes atores:

a) Secretaria Especial de Obras- SEO: é o Corpo Técnico responsável por reformas em instalações provisórias, construção dos edifícios dos 5 *campi*, manutenção e infraestrutura. A hierarquia da SEO está constituída de forma centralizada na sede em Chapecó e possui postos avançados, nos campi, com Servidores Técnicos Administrativos - STAs. Seus objetivos são de audiência de novas demandas, transparência e comunicação das etapas e prioridades de implantação e a gestão qualificada do processo;

b.) Empresas contratadas: são as empresas contratadas sob a égide da Lei de Contratos e Licitações 8.666/93 para a elaboração de serviço técnico especializado de infraestrutura para a UFFS. Foram previstas várias etapas para elaboração dos Projetos embasado na Norma técnica (NBR) que prevê as seguintes etapas consecutivas: Programa de Necessidades - Estudo Preliminar - Anteprojeto - Projeto Básico- Projeto Executivo. Seus objetivos são realizar rapidamente o levantamento de dados e montagem de um Programa de Necessidades completo e ter o *feedback* dos produtos realizados para posterior aprovação legal;

c.) Reitoria e Direção de Campus: Constitui órgãos de base da UFFS, como observa

Tosta e de Paula (2011, pg. 27): “institucionalização das dimensões normativas na universidade, estruturais e culturais não ocorre apenas na sede, mas em todos os campi a partir de uma relação dialógica entre as instâncias administrativas, normativas e pedagógicas, entre os órgãos superiores e de base da universidade”. Basicamente, compõe-se de STA’s ou docentes distribuídos em Diretores de campus, acadêmico, administrativo, prefeitura de campus e colegiados. O objetivo destas Direções é descentralizar as decisões administrativas e acadêmicas;

d.) Comissões permanentes: são as comissões nomeadas por Portarias internas para participar nos temas relativos a elaboração de Projetos ou supervisionar a execução destes. Os membros são normalmente docentes ou Servidores Técnico-administrativos envolvidos diretamente com a questão pertinente. São exemplos de comissões permanentes: Comissão Permanente de Tratamento de Água e Esgoto, Comissão Permanente das Áreas Experimentais, Comissão Permanente de Implantação etc. Estas comissões objetivam garantia de contemplação de suas demandas, quase sempre de caráter experimental em intervenções para a didática ou garantia de território para pesquisa de determinados grupos dominantes.

e.) Representantes locais: geralmente ligados a movimentos camponeses ou representantes forças políticas locais ou empresariado local. Com aparição discreta na cidade de Chapecó, atuante e presente nos demais campi. Os objetivos dos representantes locais está em colocar em prática suas aspirações, muitas vezes conflitantes entre os membros. Configura uma pluralidade de atores não vinculados diretamente a Universidade mas que a utilizará em finais de semana, períodos não-letivos ou atividades de pesquisa e extensão. Muitos representam forças políticas locais que tem interesse direto econômico ou político na implantação da UFFS.

f.) Comunidade acadêmica: formada por discentes e docentes interessados, membros de Diretórios Estudantis, normalmente constituindo-se de “massa crítica” aos projetos de implantação. O objetivo deste grupo é colocar suas frustrações, sonhos e demandas. Cabe a este grupo questionar a validade dos projetos e expor limitações. A crítica é muitas vezes qualificada, dado que existe uma relação de menor distanciamento com a cultura e dinâmica local.

4. O formato das leituras comunitárias na UFFS

As Leituras Comunitárias aconteceram nas próprias instalações provisórias da UFFS

em período vespertino e em incursões a todos os *campi* da equipe técnica da Secretaria Especial de Obras e empresas especializadas contratadas, que possuía 3 a 4 membros arquitetos e engenheiros responsáveis pelos projetos, sendo que somente uma empresa quedou-se responsável pelos 4 dos 5 campi e outra empresa pelo campus de Erechim. As Leituras aconteceram durante duas semanas durante os meses de março e setembro. Todas as leituras comunitárias, primeira e segunda, iniciavam com a apresentação de autoridades, membros da Reitoria e representantes do Movimento Pró-Universidade. O tom inicial era na maior parte elogioso com breves explanações da história de criação da UFFS. As leituras tinham a participação de aproximadamente 70 membros da comunidade em média, com exceção da sede em Chapecó, com participação mais modesta.

A seguir, em ambas as leituras prosseguia-se com a apresentação dos trabalhos da Secretaria Especial de Obras, com auxílio de gráficos, tabelas, mapas e plantas dos projetos e obras e suas etapas de implantação, em particular, do momento atual com ênfase nas obras em andamento. O objetivo destas apresentações era situar o público presente quanto às responsabilidades (quem é responsável pelo quê?) e o fluxo de demandas (quem decidia e demandava o quê e a quem dentro da UFFS?). Apresentava-se a empresa especializada, responsável pelo Projeto Executivo de infraestrutura, e os projetos dos blocos a serem construídos com estimativa de custo na primeira leitura e orçamento analítico na segunda leitura. Também era apresentado o Programa de Necessidades de cada bloco e as funções que desempenhariam dentro do *campus*.

Ao final da apresentação da SEO era exposto um quadro orçamentário como princípio de transparência. Ainda, previsão de futuras instalações e obras eram apresentadas e deixava-se claro àquele momento que, a intervenção da comunidade se daria com relação à definição de zoneamento, acessos, quanto aos espaços abertos e projetos ainda não definidos ou ainda não levantados até aquele momento. Aos projetos já realizados somente caberia dirimir dúvidas quanto ao atendimento ou não da demanda, cabendo somente intervenções pontuais, pois a maioria destes projetos já estava em estágio avançado de elaboração. O que faz-se considerar é que as Leituras Comunitárias foram realizadas tardiamente, sendo que os blocos a construir poderiam ter sido pensados já dentro da temática participativa, permitindo aos objetos arquitetônicos a interferência da comunidade nos seus aspectos técnicos, estéticos e funcionais. As apresentações da Secretaria Especial de Obras – SEO tinham 30 minutos aproximadamente de duração.

A seguir iniciava-se com a apresentação da empresa especializada contratada que dedicava mais tempo à caracterização do empreendimento e seu impacto na região, a

quantidade de projetos que disponibilizaria, mapa de restrições quanto às áreas a preservar e zoneamento de declividades. A empresa dedicava mais tempo ao caráter técnico das intervenções e razões de escolhas de processos e sistemas em especial àqueles que contemplavam normas específicas quanto à acessibilidade, mobilidade, preservação ambiental e aspectos técnicos dos sistemas de drenagem, cercamento, esgotamento, reuso de águas pluviais, abastecimento, distribuição e reservação de água. As empresas, vale lembrar, não tinham experiência em processos participativos, o que fica evidente pela escolha da pauta técnica especializada. A apresentação atinha-se a detalhes construtivos, expediente de licenças e alvarás nos órgãos competentes como concessionárias de serviços e departamentos das prefeituras onde estavam os *campi*, dos quais a empresa tinha sido contratada. Este procedimento demonstrou-se, muitas vezes, de pouca significância para a comunidade presente, ocasionando uma debandada dos participantes por seu avanço no tempo disponibilizado.

Na primeira leitura comunitária, a empresa expunha diapositivos com detalhes construtivos de praças e ajardinamentos, mobiliário urbano e pranchas técnicas, memoriais justificativos e de cálculos distantes do domínio do grande público, mas pertinentes por se tratar de um público acadêmico especializado (na maioria discentes e docentes que tratam destes projetos em disciplinas dos cursos de graduação). As empresas contratadas enxugaram estas características técnicas da primeira para a segunda leitura, limitando-se no segundo caso, visto a intervenção da comunidade no sentido de estabelecer zoneamentos de atividades correlatas e restritivas, acessos e modificações pertinentes nos espaços dedicados a expansões, com exposição livre de demandas reprimidas e, em detrimento da qualidade ou tipologia de materiais e técnicas. A duração total da apresentação era de uma hora aproximadamente.

A intervenção do público deu-se de forma livre e aberta após ambas apresentações com réplicas da equipe da SEO e das empresas contratadas. Em geral, diretores e coordenadores iniciavam o debate questionando prazos, etapas, obras e prioridades. Os tempos da iniciativa pública ao que pode-se perceber não era do domínio comum, o termo atraso era amplamente empregado, o que era pacientemente explicado à comunidade. Outra tendência no debate era a exposição de acordos, projetos e planos por parte do poder público local quanto aos acessos rodoviários e entorno imediato da cidade. Em Cerro Largo e Realeza, prefeitos e alguns vereadores municipais estavam presentes em ambas leituras.

Um reconhecimento mais preciso da realidade local era apresentada pela comunidade, pontos que se destacaram invariavelmente e que, posteriormente foram

padronizados para todos os *campi* são:

I) Áreas experimentais: a exposição de demandas reprimidas pelos professores universitários com relação à disponibilidade de áreas vacantes para experimentação e aulas práticas dos alunos. Posteriormente se designou uma comissão especializada para tratar especialmente desta questão;

II) Dinâmica atual das instalações provisórias: a exposição por parte da comunidade da dinâmica dos alunos, boa parte constituída de pendulares que faziam trajetos das cidades natalis até o *campus* e que necessitariam de áreas exclusivas para transbordo e a questão de funcionários contratados terceirizados que constituem uma parcela significativa do dia a dia do *campus*. Para ambos foi equacionada da primeira para a segunda leitura, estacionamentos específicos no primeiro caso e blocos construtivos para servir de entreposto no caso dos funcionários;

III) O campus como um lugar recreativo da cidade: a necessidade de fazer do *campus* um espaço de contemplação ao ar livre em fins de semana, o campus serviria como um lugar recreativo da própria cidade. Para tanto, bordas d'água e espaços de permanência com mobiliário urbano específico foram disponibilizados principalmente na praça central que ganhou notoriedade neste processo de leituras comunitárias, além do que um centro esportivo com pistas de *cooper* foi redesenhado para atender a esta demanda. Um anfiteatro com capacidade para 600 pessoas também foi disponibilizado próximo aos Restaurantes Universitários.

IV) Circular no campus: a preocupação quanto a mobilidade no *campus* teve destaque em todas as leituras no sentido de evitar choques entre transporte motorizado e o circular a pé ou de bicicleta. A necessidade de redimensionamento do número de estacionamentos e modalidades também foi algo onipresente, a tendência do uso do automóvel individual de servidores contra o transporte público de alunos e de motocicletas que vem aumentando significativamente. Aderiu-se a estratégia inicial de criação de bolsões específicos e não-privilegiados para segregar modalidades diferentes, um redimensionamento de 300 para 600 vagas ocorreu no ínterim da primeira para a segunda leitura comunitária. O projeto de acessos rodoviários também foi estudado exaustivamente durante as leituras no sentido de cancelar "pontos negros" de acidentes e promover acessos alternativos para a comunidade que possuía maior contato com a realidade da região, e repassou às empresas as possibilidades existentes.

V) Sustentabilidade e Preservação ambiental: questionamentos quanto ao atendimento de preceitos e tecnologias de sustentabilidade e preservação ambiental no

campus foram também bastante explorados dado que a maioria dos presentes não possuía acessos aos projetos preliminares da SEO. Explicava-se de maneira prática o uso de determinada medida e dispositivo em detrimento de outro. Assim, o público poderia ter um panorama técnico-qualificado do porquê da escolha de reuso de água pluvial de telhados em bacias sanitárias, das biovaletas para drenagem pluvial, do tratamento de efluentes *intracampus* e aspersão em áreas agrícolas definido conjuntamente com a comissão especializada pertinente;

VI) Segurança patrimonial e dispositivos de vigilância para evitar furtos, vandalismos ou crimes. Para atender a esta medida atentou-se a disponibilização de central para atendimento de ocorrência com auxílio de Circuito Fechado de TV para monitoramento do *campus* a exemplo de outras Universidades.

VII) Transparência e participação: Outro ponto muito solicitado pelos presentes que merece destaque é a disponibilização de material gráfico, status das obras, andamento das ações e espaços para sugestões para interação da comunidade com a construção dos *campi*.

5. Instrumentos de Participação democrática e o Plano Diretor da UFFS

SOUZA (2010, pg. 207) adaptando a “Escada de participação popular” de ARNSTEIN (1969) prevê oito categorias de planejamento quanto à participação da população, que são: Coerção – Manipulação – Informação – Consulta – Cooptação – Parceria – Delegação de poder – Autogestão. As duas primeiras são consideradas de não-participação onde o Estado coage ou manipula os indivíduos. As três subsequentes consideradas de pseudo-participação onde o estado informa, consulta ou coopta os indivíduos quanto aos Planos e Projetos de seu interesse – o que é comum na onda dos Planos Diretores Participativos que assistiu-se na última década de vigência do Estatuto das Cidades. Somente nas 3 categorias são consideradas de autêntica participação, isto é, a Parceria entre indivíduos e Estado, a delegação de poder à comunidade até a autogestão sem a presença do Estado.

Ao enquadrar o Plano de Implantação no segundo ano da SEO pode-se afirmar que as medidas oscilam entre as categorias Consulta, dado que o Plano necessitava de informações não-disponíveis no que diz respeito às demandas reprimidas; Cooptação, no caso de Projetos onde a comunidade não pôde intervir como no caso dos Blocos construídos, mas que muitas vezes, fazia-se crer que estes eram satisfatórios à funcionalidade da UFFS, descartando o caráter provisório que distanciava a comunidade das tomadas de decisões e que, restringia-se a outras esferas de decisão. E, finalmente da Parceria, já que o debate

caracterizou-se como um *locus* dialógico propício a autêntica participação pretendida quando da institucionalização das Leituras Comunitárias. Esta parceria, em desenvolvimento, poderia reafirmar-se e amadurecer pela pactuação de um Plano Diretor participativo. O Quadro em anexo, exemplifica graficamente, a cronologia do que já se tem realizado nestes três anos iniciais de planejamento e uma perspectiva futura de mudança rumo a participação democrática do seu Plano Diretor. Enquanto Proposta, o fluxograma revela o uso do Instrumento Plano Diretor como forma de modificação da realidade, ainda que, criticamente este, segundo os autores avaliados.

Ainda, (PINTO e BUFFA, 2010, pg. 145) que discutiram sobre o processo de implantação das cinco maiores universidades federais brasileiras explicam que:

Em todas as iniciativas de nossas instituições de ensino superior são formadas comissões especializadas [...]. Trata-se invariavelmente de um processo longo, com inúmeros contratemplos, mudanças e desvios. [...] A produção de tais equipes apesar de considerável, é inversamente proporcional à sua utilização. [...] No final, as comissões tornam-se cumpridoras de tarefas, cuja premissa é construir com o menor custo e rapidez (PINTO e BUFFA, 2010, pg. 145).

Diante deste quadro, o Plano Diretor não pode ser simplesmente uma tarefa, nem tampouco abandonar os instrumentos que até agora, demonstram-se produtores. Deve-se a partir do exposto, existir uma consonância entre Participação, Orçamento e Planejamento, afinados no que diz respeito à construção, que envolve grandes somas de recursos financeiros, das Universidades e, que como é notório, de disponibilidade orçamentária, muitas vezes incerta, à revelia de um planejamento a longo prazo na realidade brasileira.

É necessário, portanto, que a UFFS promova um Plano Diretor que não descarte as Leituras Comunitárias como instrumento de participação que poderia ser discutido e ultimado na esfera do Conselho Universitário da UFFS. Porém, um Plano Diretor autoaplicável, dinâmico e que apresente expansões e etapas coerentes com as previsões orçamentárias instituídas e pactuadas. Este Plano deverá também ter disponibilidade de visualização via internet à comunidade presente e vindoura. Ainda, tal qual o Plano de Implantação, também o Plano Diretor só terá validade a partir do momento que for debatido, confrontadas as escolhas e aceito pela comunidade. Somente assim terá maior credibilidade enquanto instrumento de planificação e o pertencimento da comunidade ao *campus* projetado.

6. Conclusão

É possível inferir, com o presente artigo, que o contato com a população local interessada na multiplicidade de seus atores e interesses ocasionou em um reconhecimento mais preciso das realidades locais dos *campi*. A perspectiva do uso de instrumentos de gestão e planejamento democráticos, como é o caso da Leitura Comunitária, demonstrou-se satisfatório ainda que, com percalços metodológicos como exposto, isto é, a discrepância entre o teorizado no Guia do Plano Diretor Participativo e o empregado pela SEO. A própria UFFS, neste sentido, vem apropriando-se de instrumentos participativos no caso da realização em meados de 2011 de uma Audiência Pública com formato semelhante para colmar um suposto distanciamento participativo dos Movimentos Sociais do pró-Universidade nascida, como dito anteriormente, de “baixo para cima”.

O nível de participação acadêmico, muitas vezes, facilitou a interação entre os agentes que por muitos versos, dialogavam entre pares. Os principais tópicos abordados revelam entrementes uma surpresa, quanto a necessidade da comunidade em se apropriar dos “vazios” projetuais. Aqueles espaços entre os edifícios que em muitos locais são repletos por passarelas, rampas ou estacionamentos. Estes poderiam ser configurados conforme demandado, em espaços de lazer e recreação, ou profícuos ambientes de experimentação acadêmica. Outra consideração, é o novo acadêmico e suas necessidades, a dinâmica da sua apropriação no campus, de seus desejos, como apropriação de medidas de sustentabilidade ou mesmo da acessibilidade espacial, já que vem incrementando a diversidade de discentes, em um ambiente universitário inclusivo.

A presença de forças políticas também é bem-vinda nestes ambientes decisórios pela pactuação de decisões e garantia do acompanhamento das demandas em outras esferas de planejamento, até porque o *campus* não restringe-se ao espaço do *campus*. Não descarta-se nestas considerações finais, o papel que desempenharam empresas contratadas e comissões especializadas que contribuíram com a diversificação no debate de temas técnicos primários, até mesmo para conferir exemplaridade à Universidade no tratar de temas que são hoje inerentes aos projetos e elevados à norma, como no âmbito da sustentabilidade e da preservação ambiental. Também, não se exclui a participação dos movimentos sociais, que ajudam a confrontar presente, passado e futuro da UFFS, e a vocação na qual esta foi criada, a saber, a agricultura familiar.

Referências

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação** – Câmpus universitários brasileiros. Editora EdUFSCar. São Carlos, 2009. Localização: Acervo Pessoal.

MARTINS, Francisco Alexandre Sommer. **Relatório de Consultoria - Produto 2 - O dimensionamento do Espaço Físico da UFFS**. Ministério da Educação e Secretaria de ensino superior. Dezembro, 2009. Localização: Acervo Pessoal.

MARTINS, Francisco Alexandre Sommer. **Relatório de Consultoria - Produto 3 - Proposta de Espaço Físico para a UFFS**. Ministério da Educação e Secretaria de ensino superior. Dezembro, 2009. Localização: Acervo Pessoal.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo** - guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília, junho de 2004.

PARGLENDER, Raul. **Relatório de Consultoria - Produto I - Documento técnico sistematizado contendo estudo de zoneamento e implantação dos campi da Universidade Federal da Fronteira Sul em Chapecó e Erechim e, Projeto dos primeiros prédios serem construídos nestes locais**. Ministério da Educação e Secretaria de ensino superior. Novembro, 2009. Localização: Acervo Pessoal.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI** - Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2a. Edição. Editora Cortez. São Paulo, 2005. Localização: Acervo Pessoal.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade - Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 6a. Edição. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

TEIXEIRA, Michelle. **Planos Diretores Participativos: uma análise da técnica de Leituras Comunitárias no processo de elaboração dos Planos Diretores dos campi da Universidade Federal de Santa Maria - RS**. In: I Encontro Internacional de Ciências Sociais/ III Encontro de Ciências Sociais do Sul: Democracia, Desenvolvimento, Identidade. Pelotas - UFPEL. 9 a 11 de abril de 2008.

TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani; ALMEIDA, Vicente de Paula Júnior. **Universidade Pública, Democrática e Popular: Os desafios da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul**. In: Revista GUAL. Edição Especial 2011. Florianópolis, 2011.

TURNER, Paul V. **Campus - an american planning tradition**. MIT Press. Cambridge, 1984. Localização: Acervo Pessoal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL- UFFS. **Caderno de Trabalhos da Secretaria Especial de Obras - Ano 1**. Chapecó, dezembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL- UFFS. **Caderno de Trabalhos da Secretaria Especial de Obras - Ano 2**. Chapecó, dezembro de 2011.

VILAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor**. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/dilemas436f9e94d59fb.pdf>. Capturado online dia 20 de março de 2012.